

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Divisão de Atos de Concessão

Servidor: FERNANDA AMARAL PINHEIRO GUIMARAES
CPF: 183.640.121-34 - **Matrícula:** 16738
Tipo de Ato: APOSENTADORIA - **Processo:** 1000005/2012
Cargo: Consultor Técnico-Legislativo - Classe B - Padrão 54
Número do Ato: 012415-5
Órgão de Origem: Câmara Legislativa do DF (CLDF)

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de aposentadoria da servidora em epígrafe.

O Controle Interno opinou pela legalidade do ato.

A servidora esteve em licença por motivo de acompanhamento do cônjuge, nos termos do art. 84 da Lei nº 8.112/1990, entre 14/05/2008 a 31/12/2008, e, em licença para trato de interesses particulares, nos termos dos arts. 144 e 164, “a”, da LC nº 840/2011, a partir de 01/08/2012 até a data da aposentadoria (em 25/07/2014),

O presente ato retornou em diligência interna para que fosse esclarecido se na ocasião da aposentadoria fora observado o disposto no art. 69 da Lei Complementar distrital nº 769/2008, em relação ao recolhimento mensal previdenciário, relativo aos períodos em que a interessada esteve de licença, conforme indicado no parágrafo anterior.

Em cumprimento, a jurisdicionada informou, na aba “Tramitação”, que no processo de aposentadoria (Processo GDF nº 1.000.005/12), não constam observações sobre o art. 69 da Lei Complementar nº 769/2008 e que não houve retenção das contribuições da servidora para o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, em folha de pagamento, nos períodos em que ela esteve afastada. Além disso anexou, na aba “Anexos e Observações”, o PARECER Nº 066/2014 – SLP/DCPP/DRH, de 11/07/2014 (no qual o Chefe do Setor de Legislação de Pessoal da CLDF analisou o pedido de aposentadoria da interessada) e fichas financeiras nas quais se demonstra que, nos períodos em que a interessada esteve de licença, não houve retenção de suas contribuições para Regime Próprio de Previdência do DF.

O Tribunal, por meio do item I da Decisão nº 3749/2016, determinou que a Sra. Fernanda Amaral Pinheiro Guimarães fosse informada de que, caso tivesse interesse em fazer jus aos benefícios previstos na LC nº 769/2008, deveria recolher as contribuições previdenciárias (parte do segurado e parte patronal), relativas ao período em que estivera afastada da CLDF por motivo de licença sem vencimento e que a quitação total do débito é condição sine qua non para que possa reaver seus direitos, conforme previsto no art. 69 da citada lei.

Determinou também que esta Corte fosse informada a respeito da opção da interessada.

Conforme consta no verso da fl. 150 do Processo nº 01.000.005/2012, a interessada tomou conhecimento da Decisão nº 3749/2016 em 11/08/2016. No mesmo instante, afirmou seu interesse em realizar as contribuições e requereu o pronunciamento do setor Jurídico da CLDF sobre a pertinência da cobrança, alegando que quando solicitara o afastamento em 2008, a LC 769/08, na qual se baseou a decisão do TCDF, ainda não havia sido publicada.

O Setor de Legislação de Pessoal da CLDF, manifestou-se por meio do PARECER Nº 113/2016-SLP/DCPP/DRH, de 20/09/2016 (fls. 152 a 169 do Processo nº 01.000.005/2012), no qual concluiu que a interessada deve fazer o recolhido das contribuições relativas aos dois períodos em que estivera em licença sem vencimentos. Vejamos:

“De fato, tal como alega, ao tempo de sua licença para acompanhar cônjuge, concedida com fulcro na Lei nº 8.112/1990 (que não adotava semelhante comando), aplicada no DF pela Lei Distrital nº 197/1991, com início de vigência em 14 de maio de 2008 e término em 31 de dezembro de 2008 (...), ainda não vigorava a Lei Complementar nº 769/2008, que data de 30 de junho de 2008. Assim, dita Lei Complementar nº 769/2008 passou a vigorar no decorrer da aludida licença não remunerada.

(...)

Segundo dissemos, o fundamento do almejado recolhimento advém, antes de tudo, da sistemática empregada pela Constituição Federal para aposentadoria dos servidores públicos. Mas, se assim, não fosse, a lei nova – Lei nº 769/2008, in caso, passaria a incidir e a aplicar-se sobre o afastamento não remunerado da Servidora a partir de seu nascimento.

(...)

Imperativo, portanto, que a Servidora promova a contribuição previdenciária em questão, de ambos os períodos sob análise, nos quais esteve de licença não remunerada – para acompanhamento de cônjuge e para trato de assuntos particulares.”

A previsão para que o servidor que estiver em licença sem vencimento faça as contribuições previdenciárias, diretamente ao IPREV, está contida no art. 69 da LC nº 769/2008, o qual dispõe o seguinte:

Art. 69. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração do ente federativo, inclusive os afastados para o exercício de mandato eletivo em outro ente federativo, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias, relativas à parte patronal e à parte do segurado.

§ 1º O segurado em atividade que se encontre em gozo de licença sem vencimentos, sem ônus à administração pública do Distrito Federal, para fins de assegurar o custeio de seu benefício futuro deverá efetuar o recolhimento mensal, a ser calculado com base na sua remuneração, bem como demais vantagens de fins previdenciários, diretamente ao Iprev/DF

ou mediante depósito bancário.

§ 2º A inobservância por 3 (três) meses consecutivos do recolhimento previdenciário ocasionará a suspensão dos direitos previdenciários do segurado e seus dependentes, só reavendo eles o direito aos benefícios após quitação do total do débito das contribuições previdenciárias, que pode ser feita por meio de parcelamento conforme critério disposto pela Diretoria Executiva do Iprev/DF, mediante descontos incidentes sobre os proventos de aposentadoria ou benefícios de pensão por morte.

Em conformidade com o trecho transcrito, para que o tempo em que servidor permanecer licenciado, sem recebimento de remuneração, conte para aposentadoria, deverá ser efetuado o recolhimento voluntário mensal das contribuições previdenciárias (parte patronal e parte do segurado), relativas ao período em que ele permaneceu em licença. As contribuições têm por finalidade garantir o custeio dos benefícios futuros e caso não sejam feitas por três meses consecutivos, os direitos previdenciários do segurado e de seus dependentes ficaram suspensos até que o débito seja totalmente quitado.

O assunto foi debatido no Processo nº 19.801/2015-e, no qual o Tribunal, por meio da Decisão nº 1008/2016, uniformizou a interpretação a ser dada ao art. 69 da Lei Complementar distrital n.º 769/2008:

O Tribunal (...) decidiu: I – definir e uniformizar a interpretação a ser dada ao art. 69 da Lei Complementar distrital n.º 769/2008, quanto ao servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo distrital sem recebimento de remuneração pelo Distrito Federal, nos seguintes termos: a) o referido dispositivo trata de uma faculdade legal que pode ser exercida pelo servidor, mediante sua expressa opção e o voluntário recolhimento mensal das contribuições previdenciárias, relativas à parte patronal e à parte do segurado, para que os beneficiários do art. 7º da norma em apreço se mantenham vinculados ao RPPS/DF, bem como para que continuem fazendo jus aos benefícios previstos na LC n.º 769/2008, inclusive quanto ao cômputo desse período de afastamento ou licença sem remuneração para fins de aposentadoria; b) o fato de o servidor licenciado ou afastado sem recebimento de remuneração não efetuar por 3 (três) meses consecutivos o mencionado recolhimento previdenciário ocasionará a imediata suspensão dos direitos previdenciários do segurado e seus dependentes, inviabilizando, nessa hipótese, a concessão de quaisquer benefícios previstos na LC distrital n.º 769/2008; c) não haverá suspensão de vínculo previdenciário do servidor que, antes do prazo legal de três meses consecutivos sem recolhimento, recomeça a contribuição mensal, tanto da cota pessoal quanto da patronal; d) no caso da alínea anterior, todavia, os meses sem recolhimento de contribuição não poderão ser computados como tempo para aposentadoria; e) ocorrendo a suspensão a que se reporta a alínea “b” anterior, a quitação do total do débito das contribuições previdenciárias é condição sine qua non para que os beneficiários,

segurado e seus dependentes, possam reaver o direito aos benefícios, que pode ser feita por meio de parcelamento conforme critério disposto pela Diretoria Executiva do Iprev/DF, mediante descontos incidentes sobre os proventos de aposentadoria ou benefícios de pensão por morte; f) o restabelecimento do vínculo previdenciário dar-se-á: f.1) com a percepção da remuneração mensal pelo servidor que retornou ao exercício do cargo, em função da cessação do afastamento ou da licença sem remuneração; f.2) com o recolhimento, pelo servidor, da primeira contribuição que sobrevier ao período de inadimplência por mais de três meses, porquanto a contribuição vertida sugere vinculação ao regime próprio; g) é possível o cômputo do tempo de contribuição relativo à atividade privada ou à de outro regime próprio, ambos de vinculação previdenciária obrigatória, exercido durante o período em que o servidor estiver afastado ou licenciado, nos termos do art. 69 da Lei Complementar n.º 769/2008; (...). (grifei)

Assim, se o servidor estiver de licença sem vencimentos, após o terceiro mês consecutivo sem que faça as devidas contribuições previdenciárias voluntárias, o tempo da licença não poderá ser contado para aposentadoria e não poderá ser concedido qualquer benefício previsto na LC nº 769/08, nem a ele e nem a qualquer de seus dependentes, até que todo o débito seja quitado.

No PARECER Nº 113/2016-SLP/DCPP/DRH, de 20/09/2016, o Setor de Legislação de Pessoal da CLD concluiu que seria necessário fazer as contribuições relativas aos dois períodos em que a interessada esteve em licença sem vencimentos: entre 14/05/2008 a 31/12/2008, licença para acompanhar o cônjuge e, de 01/08/2012 até a data da aposentadoria (25/07/2014), licença para tratar de interesses particulares.

Contudo (s.m.j), essa conclusão merece reparo. A LC nº 769/2008 entrou em vigor quando a servidora estava de licença para acompanhar o cônjuge, em 2008; mas ao retornou ao trabalho, em 2009, após o encerramento da licença, como as contribuições previdenciárias (compulsórias) voltaram a ser realizadas mediante a folha de pagamento da CLDF, normalizara-se o vínculo da servidora com o IPREV (item I, “f.1”, da Decisão nº 1008/2016), e tanto ele quanto seus beneficiários novamente faziam jus aos benefícios previstos na LC nº 769/2008. Ressalvando-se que o tempo da licença não poderia ser contado como tempo de serviço/contribuição para efeitos de aposentadoria.

Já, quando a servidora esteve de licença para tratar de interesse particular (entre 2012 e 2014), ela não retornou à atividade, assim, não houve a retomada das contribuições compulsórias, mediante a folha de pagamento da CLDF, e como, também, não houve as contribuições voluntárias, não ocorreu a normalização do vínculo da servidora com o IPREV. Deste modo, quando concedida a aposentadoria, nem a servidora nem seus dependentes faziam jus a qualquer dos benefícios previstos na LC nº 769/08. Portanto, ela não poderia ter sido aposentada.

Para que possa permanecer aposentada, a Sra. Fernanda Amaral Pinheiro Guimarães precisa regularizar sua situação junto ao IPREV/DF, mediante a quitação do débito, o que (conforme previsto no item I, “e”, da Decisão nº 1008/2016), pode ser feito “por meio de parcelamento conforme critério disposto pela Diretoria Executiva do Iprev/DF, mediante descontos incidentes sobre os proventos de aposentadoria.”.

Após regularizada a situação junto ao IPREV/DF, o tempo em que a interessada estivera de licença para tratar de interesses particulares poderá ser contado para aposentadoria e os valores sobre os quais tiverem sido calculadas as contribuições poderão ser incluídos na apuração da média que servirá de base para a determinação dos proventos iniciais.

Por todo o exposto, sugere-se ao Tribunal que:

1) considere não cumprida a Decisão nº 3749/2016;

2 – determine o retorno do ato em diligência para que a jurisdicionada, no prazo de 30 (trinta) dias informe à servidora FERNANDA AMARAL PINHEIRO GUIMARÃES que:

2.1) para que ela permaneça aposentada e para que, juntamente com seus dependentes, volte a fazer jus aos demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 769/2008, precisará regularizar sua situação junto ao IPREV/DF, devendo para isso recolher as contribuições previdenciárias, relativas à parte patronal e à parte do segurado, referentes ao período em que esteve em licença sem vencimentos (de 01/08/2012 até a data da aposentadoria, em 25/07/2014), sendo a quitação total do débito condição sine qua non para que possa reaver seus direitos e de seus dependentes, conforme previsto no art. 69 da mesma Lei Complementar nº 769/2008 e na Decisão nº 1.008/16;

2.2) após regularizada a situação junto ao IPREV/DF, o tempo em que ela esteve de licença para tratar de interesses particulares poderá ser contado para aposentadoria e os valores sobre os quais tiverem sido calculadas as contribuições poderão ser incluídos na apuração da média que servirá de base para a determinação dos proventos iniciais;

2.3) comunicar ao Tribunal sobre a opção da servidora de recolher ou não as parcelas previdenciárias mencionadas na alínea anterior e sobre medidas já adotadas para efetivar o recolhimento ou, eventualmente, para extinção do benefício.

À consideração Superior.

Brasília, 23 de Novembro de 2016

RAIMUNDO JOSÉ VENTURA - Mat. nº 5703

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 13:03:54 - 08/12/2016